

OBSERVARE 1st International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

A Percepção do Espaço na Geopolítica de Portugal

António Paulo Duarte
Universidade Nova Lisboa

Palavras chave: Geopolítica, Portugal, Reconquista, Império, Oceano

Em cada época, a forma de olhar o espaço e a sua utilização tiveram consequências inusitadas, quer positivas, quer negativas, para os coevos. A leitura do espaço dos “antigos” não corresponde àquilo que a geopolítica lê e analisa contemporaneamente, conquanto as relações com o espaço dessas comunidades tenham tido efeitos que hoje denominamos de geopolíticos e possam ser apreendidos numa leitura geopolítica. Num certo sentido, tal como acontece com a economia, pode-se fazer uma leitura económica das sociedades não económicas, ou seja, de sociedades que nunca desenvolveram um raciocínio económico, conquanto tivessem uma “vida material” e um sistema de trocas que sustentava a sua existência social. Na realidade, uma das razões do fracasso dos impérios é uma leitura errada do espaço e o seu impacto nas relações que engendra com o território em que habitam. Este texto tem por fim tentar compreender, de forma sucinta, a leitura do espaço pelos portugueses ao longo da História e os seus efeitos. Os portugueses desenvolveram ao longo da História, formas de leitura e percepções do espaço distintas e diferentes. Estas formas de leitura do espaço enquadraram uma relação com as comunidades que neles existiam e definiram caminhos de acção que impulsionaram o país a seguir determinadas vias no seu desenvolvimento. Compreender como os portugueses viram e leram o espaço como fonte de poder (a essência do sentido geopolítico), eis em suma, o fito do texto, procurando, igualmente, detectar as continuidades e as discontinuidades na edificação de uma imagem do Mundo por Portugal.

António Paulo Duarte – Doutor em História Política Contemporânea. Mestre em Estratégia e Licenciado em História. Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Observatório Político da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Centro Português de Geopolítica.

A Percepção do Espaço na Geopolítica de Portugal

António Paulo Duarte

Introdução

Há, pelo menos, dois modos de olhar para a geopolítica de Portugal ao longo da História. Um dos olhares deriva da interpretação que se poderá fazer dos ensinamentos, que o devir evidencia, das virtualidades do espaço para a consecução dos objectivos políticos e estratégicos de Portugal ao longo da História. Esta análise é, antes de mais, estratégica. A visão estratégica procura evidenciar a forma como o espaço alavancou, para Portugal, poder e força no contexto internacional, independentemente do modo como os portugueses perceberam as terras que punham ao seu serviço. A outra óptica resulta da História e constrói-se em redor da forma como os coevos leram o espaço e o puseram ao seu serviço. As duas formas de leitura não são antinómicas, nem se negam uma à outra, e podem, e são, pelo contrário, muitas das vezes convergentes.

Não obstante, em determinadas épocas, a forma de olhar o espaço e o seu uso teve consequências inusitadas, quer positivas, quer negativas, para os coevos. A leitura do espaço dos “antigos” não corresponde àquilo que a geopolítica lê e analisa contemporaneamente, conquanto as relações com o espaço dessas comunidades tenham tido efeitos que hoje denominamos de geopolíticos e possam ser apreendidos numa leitura geopolítica. Num certo sentido, tal como acontece com a economia, pode-se fazer uma leitura económica das sociedades não económicas, ou seja, de sociedades que nunca desenvolveram um raciocínio económico, conquanto tivessem uma “vida material” e um sistema de trocas que sustentava a sua existência social.¹ Similarmente, pode-se analisar o Estado em sociedades em que o conceito não existia, mas havia uma prática e uma teoria em redor da governação da coisa pública.² Na realidade, uma das razões do fracasso dos impérios é uma leitura errada do espaço e das consequências das relações que, derivando dessa óptica, edificam com os territórios em que habitam.

Este texto tem por fim tentar compreender, de forma sucinta, a leitura do espaço pelos portugueses ao longo da História e seus efeitos. Os portugueses desenvolveram ao longo da História, formas de leitura e percepções do espaço distintas e diferentes. Estas formas de leitura do espaço configuraram, por sua vez, uma relação com os territórios e com as comunidades territoriais que neles existiam e definiram caminhos que impulsionaram o país a seguir determinadas vias no seu desenvolvimento. Compreender como os portugueses viram e leram o espaço como fonte de poder,³ eis em suma, o fito do texto.

1) A Visão do Espaço como “Conquista” (Séc. XI-Séc.XVI)

Portugal é filho da Reconquista. Vitorino Magalhães Godinho refere que a desintegração generalizada dos poderes “centrais” no ocaso da Alta Idade Média e a multiplicação de senhorios e condados, nas áreas cristãs, ou de taifas, na zona muçulmana, induzindo a um estado de guerra permanente, estimulou a emergência de novos poderes e a formação do reino de Portugal.⁴ Para

¹ Cfr. Carlo Cipolla, *Introdução ao Estudo da História Económica*, Lisboa, Edições 70, 1993 (1988), pp. 17-18.

² Cfr. Bertand Lançon, *O Estado Romano. Catorze séculos de modelos políticos*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003, (1994), pp. 11-12.

³ Não há uma definição consensual de geopolítica. Não obstante, a essência da geopolítica, julgo, pode definir-se de uma forma precisa, como o estudo e a compreensão do espaço como fonte de poder político e estratégico. Sobre este assunto, veja-se por exemplo, Cfr. Phillippe M. Defarges, *Introduction à la Géopolitique*, (s/l), Éditions du Seuil, 1994 e; Pascal Lorot, *Histoire de la Géopolitique*, Paris, Economica, 1995.

⁴ Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal. A Emergência de uma Nação*, Lisboa, Edições Colibri/FCSH-UNL, 2004, pp. 13-14.

as elites nobiliárquicas portuguesas, a percepção, tanto do espaço peninsular em geral, como do português, em particular, distinguia entre o espaço sacralizado da cristandade, aquele já submetido à ordem católica e a organização social a ela imanente, e o espaço profano, ainda não cristianizado, quando não, ainda sob domínio islâmico, território de caos, de desordem e de degenerescência, de perdição, mas também de aventura e, principalmente, de conquista, à espera de ser apropriado e submetido à lei de Deus.⁵ A contraposição, no território do futuro reino de Portugal, entre os espaços da ordem e da desordem, entre a generescência e a degenerescência, indicando além do mais, tendo em conta a função nobiliar, a via a percorrer, o caminho da ordem, a imposição da lei, consubstanciada na coacção à verdadeira religião, delineia os territórios entre aqueles já reconquistados e aqueles a reconquistar. O espaço medieval é, assim, percebido pelos coevos, como uma dialéctica entre o espaço já reconquistado e o espaço a reconquistar. Ora, se o espaço já reconquistado é um espaço submetido à ordenação divina e organizado, já o espaço a reconquistar é um vasto território livre, fluído, aberto à expansão.

Não é por acaso, mas sintomaticamente, que D. Manuel I, no termo de um longo processo, retome o termo “Conquista”, para afirmar a posse dos vastos espaços que tinha recebido como herança e como conquista. António Vasconcelos Saldanha refere que, para assegurar o domínio sobre terras, algumas sobre os quais se tinha plena posse, mas outras, de “conquista potencial”, de domínio ainda virtual, a dinastia de Avis, recuperará o termo de “conquista”, um velho conceito jurídico e político de origem peninsular, ligado genealogicamente à Reconquista, e que indicava uma zona natural de expansão de uma dada monarquia, tacitamente aceite pelas suas congéneres, delimitando assim uma “área de legítima expansão”.⁶ Daí, deriva a longa titulação régia de D. Manuel I – Pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d’ Aquém e d’Além-Mar, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, Índia...”

Cabe aqui salientar uma relação íntima entre o rei e o espaço nacional. O reino, o “Regnum” não é uma realidade territorial, durante boa parte deste período. O reino, o “Regnum” é uma realidade pessoal, delimitada e delineada pela figura do rei. O rei não é, por sua vez, estritamente uma pessoa, mas uma realidade dinástica, um “continuum”, que dá identidade e continuidade e perenidade ao reino que dirige, e nesse sentido, também uma identidade social, no sentido em que abraça todos os súbditos na sua autoridade e bondade. Esta realidade molda a percepção do espaço de uma forma muito própria e específica. O reino está aonde está o rei, está, até aonde vai o poder do rei. O poder do rei deriva do número de vassalos e de súbditos de que dispõe. A titulação régia exprime esta identidade, no mesmo sentido, que expressa a identidade do reino e dos súbditos a ele submetidos. O sentido de poder régio, arquetipicamente medieval, liga-se intimamente à afirmação de poder, que se correlaciona com a sua expansão imaterial (jurídico-administrativa) e material (apossamento, “acrescentamento” de terras e de vassalos). Ora, a expansão do poderio régio deriva, em parte, das conquistas. O alargamento do “Regnum”, o seu “acrescentamento”, fórmula típica do discurso político medievo sobre o papel do rei, e de tanto significado etimológico, expressa a natureza expansiva e a lógica espacial da coroa portuguesa.⁷

O conceito de Conquista foi a chave da compreensão do espaço para os portugueses durante mais de quatro séculos. Era um conceito expansivo, que autorizava o rei e a sociedade a alargarem-se e a espriarem-se pelos espaços islamizados, paganizados ou vazios do Mundo. Ele exprimia a natureza de uma sociedade expansiva e reflectia uma visão do espaço como área de expansão. Reflectia, de igual modo, a natureza expansiva intrínseca à própria evolução da

⁵ Cfr. Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG/JNICT, (s/d).

⁶ Cfr. António Vasconcelos de Saldanha, “Conceitos de Espaço e Poder e seus reflexos na titulação régia portuguesa”, *L’Decouverte, Le Portugal et L’Europe*, Actes du Colloque, Paris, FCG/Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 122-124.

⁷ Sobre a definição e estruturação do poder régio na Idade Média, por exemplo, Cfr. José Mattoso, *Identificação de um País (Ensaio sobre as origens de Portugal)*, 2º Vol., Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 91 e ss. Para uma visão mais filosófica do papel do complexo do corpo régio na delinação do “Regnum”, Cfr. José Gil, *Corpo, Espaço, Poder*, Lisboa, Litoral, 1988.

sociedade cristã medieval peninsular. A visão espacial dos cristãos peninsulares expressava assim, tanto a realidade prática, quando o discurso legitimador da Reconquista. A visão cristã medieval do espaço tornara a Reconquista/Conquista, igualmente, numa expressão espacial (como, de igual modo, as intromissões e imbricações das disputas entre os diversos reinos peninsulares, quantas das vezes mesclando em simultâneo conflitos internos e externos, reflectiam esta dinâmica social expansiva).

2) “Tordesilhas” ou o Espaço como “Domínio” e Ponte (Séc.XV-Séc.XVII)

A expansão quatrocentista, oceano adentro, reflectir-se-ia numa transformação da percepção espacial (transformação, não alteração radical, pois conservam-se, no essencial, alguns dos elementos mais fulcrais da visão de antanho). Adão da Fonseca afirma que a navegação pelo Atlântico Sul e a capacidade adquirida de navegar em pleno oceano, para lá das indicações dadas pela linha da costa, traduziu-se numa reperspectivação da própria visão do espaço. Foi possível a concepção de um grande espaço marítimo projectado para Sul. Assim, as navegações não só levam à abstractização do espaço (na medida em que a navegação é feita a partir das coordenadas da latitude), como criam ou recriam uma noção específica e hodierna de espaço marítimo, como um vasto oceano delimitado geograficamente (pelos continentes e por outros oceanos). Por um lado, as navegações portuguesas possibilitam pela primeira vez a navegação no mar alto, sem a necessidade de pontos de referência costeiros. Por outro lado, levam ao emolduramento do Oceano Atlântico, deixando este de ser visto como um espaço tendente ao infinito, mas pelo contrário, perspectivando-o como delimitado geograficamente.⁸

Por sua vez, Borges de Macedo acentua a nova importância do espaço, fruto da reperspectivação originada pela mudança de óptica sobre os oceanos e os continentes, naquilo a que denomina de uma “estratégia de compensação”: a “estratégia de compensação mais não é que a rentabilização de determinados espaços, pontos estratégicos em áreas chave, virtualizando em benefício do possidente a sua posse, porque potencia capacidades acrescidas de intervenção estratégica. Assim, explica o autor a conquista de Ceuta, porquanto com a posse desta urbe, Portugal adquiria a capacidade de influir numa área complementar do território português, ao permitir um maior relacionamento com o reino de Aragão, ao ajudar ou ao dificultar a conquista de Granada, ao facilitar a intervenção aragonesa em Castela, ao controlar o estreito de Gibraltar, quer, finalmente, porque possibilitaria a penetração de Portugal no Mediterrâneo. Neste sentido, não deve deixar de ser salientado que por muito tempo, pelo menos até finais do século XV, e quiçá mais para adiante, a interligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico foi um dos elementos frutificadores da expansão portuguesa.⁹ A “estratégia de compensação” resulta da capacidade de compreender o espaço abstractamente, como um feixe de interligações, em que o domínio dos nós ou dos pontos de interligação e de entre cruzamento (alguns, a maioria, todos), rentabiliza o poder e a capacidade estratégica.

Um factor igualmente importante na exploração do Atlântico foi o aumento da extensão geográfica do território do Reino. Esta não deve só ser perspectivada enquanto alargamento territorial, com as conquistas do Marrocos, as diversas ilhas atlânticas, as feitorias africanas, o Brasil, e as posições adquiridas na Índia. Deve também ser percepcionada enquanto redimensionamento da óptica espacial, tal como a pensa Adão da Fonseca: o espaço como feixe de interacções, como ponte entre áreas distintas mas complementares. Assim, entende-se melhor a revolução de análise estratégica que o referido autor observa no Tratado de

⁸ Cfr. Adão da Fonseca, “O significado do Tratado de Tordesilhas”, *Nação e Defesa*, Nº70, XIX ano, Abril-Junho de 1994, pp. 103-110.

⁹ Cfr. J. Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, IDN, (s/d). pp. 39 e seguintes. J. Borges de Macedo, “A política atlantista de D. João II e o Mediterrâneo”, in (A.A.V.V.), *D. João II e a Política Quatrocentista*, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Porto, 1989, pp. 387-403

Tordesilhas.¹⁰ D. João II não pretende só ser senhor de uns quantos territórios em África e nas Américas, mas intenta, com sucesso, um domínio sobre um vasto espaço terrestre, marítimo e continental, fonte de onde brota o seu poder. Porque o poder português advém de uma interligação marítima, e são as rotas que unem a imbricada teia oceânica portuguesa, que como veias do corpo humano, lhe asseguram a existência enquanto grande poder. Assim, a amplitude territorial deve ser perspectivada neste sentido mais abrangente, e abstracto, de supremacia e controlo de um espaço de inter-relações. A lógica régia faz com que a natureza dominial do “Regnum” passe a abarcar também o Mar. Os domínios, já não são apenas terrestres, pois passam a incluir o mar, via de ligação entre os diversos territórios, compartilhando com o espaço terrestre a natureza de área subordinada a um potentado político, um fenómeno moderno, e que levará a querela sobre a “Liberdade dos Mares” no século XVII, contribuindo igualmente para o fulgor e a glória régia. Também só assim se percebe a real dimensão da estratégia compensatória, porque a vantagem que um jogador adquire de dispor de múltiplas inter-relações reside na capacidade de controlar alguns dos nós fundamentais de um sistema o que lhe permite ter uma muito mais ampla gama de possibilidades de acção (que alguns denominaram de poder funcional).¹¹

Esta percepção pode remeter para outra, correlacionável, que é a da constituição de uma portugalização do espaço a partir das múltiplas interações espaciais geradas pela expansão, ou seja, o espaço descoberto e adquirido passa a compartilhar da territorialidade do Portugal Ibérico, e neste sentido, não são espaços autónomos da península, mas como que se tornam também parte desta, e assim é, porque o mar não divide, mas une, como as veias unem as diversas componentes do todo, e o vivificam. Assim, Portugal não é um pequeno rectângulo situado na orla extrema da Europa Ocidental, é um espaço pluri-continental e pluri-oceânico de dimensões extraordinárias. É esta dimensão que se opõe a Castela.¹² Esta maritimização do país é uma construção, consumada fundamentalmente no século XV, consequência de um domínio alargado sobre um espaço de dimensões oceânicas, e do aproveitamento económico e estratégico desse espaço, produto de uma evolução que não é só portuguesa mas se imbrica com um fenómeno alargado à Europa Ocidental, de expansão marítima atlântico - mediterrânica, em que o resto da Espanha também participa. Coube aos portugueses virtualizar a vertente do Atlântico Sul, e nesse processo reforçaram claramente as suas vantagens estratégicas sobre o seu mais directo concorrente e adversário, Castela.

Em suma, a oceanização do poder português, engendrando uma nova óptica de leitura do espaço, não delida a visão anterior (o espaço como expansão), mas conjuga-se com esta. O espaço, enquanto área de expansão, de acrescentamento, ganha novos contornos, ao oceanizar-se e ao abstractizar-se: à dimensão dominial acrescenta-se o sentido de interligação e de entre cruzamento; ao espaço como algo a possuir, ajunta-se a dimensão de ponte. O espaço possuído, que também funciona como ponte, adquire uma virtualidade muito mais relevante e dá a quem o domina, um poder acrescido.

3) A Visão do Espaço como Sistema de Interações Geopolíticas (Séc. XVII-Séc.XIX)

A leitura anterior do espaço remete também para uma terceira dimensão: espaço, como sistema, como sistema de interações. O domínio e a ponte permitem observar o espaço como terreno de interações, como jogo e intercâmbio. Ele é evidente numa lógica comercial,

¹⁰ Cf. Adão da Fonseca, *Op. Cit.*, pp. 103-105.

¹¹ O poder funcional deriva da capacidade de fornecer a outros uma virtualidade territorial, ou outra, que lhes dê vantagem na liça internacional. Sobre o conceito, Cfr. Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 1996, pp. 376-77.

¹² O facto do título de D. Manuel não distinguir umas possessões das outras, segundo uma determinada qualidade, mas as unir todas sob o seu mando (a única distinção seria a da primacialidade de aquisição), poderia explicitar essa unidade fundamental. Além disso, ao se tornar “senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e Índia” ele reflectiria a dimensão simultaneamente marítima e continental dessa unidade. Cfr. António Vasconcelos de Saldanha, *Op.Cit.*, pp. 121-122.

arquetípica dos poderios comerciais e em consequência, do primeiro “império talassocrático” da Modernidade. Mas não só, o jogo de interações tem igualmente uma dimensão política e estratégica, ou melhor, geopolítica e geoestratégica. Segundo António Manuel Espanha e Maria Catarina Santos, o “Império” português, na Era Moderna, caracteriza-se pela descontinuidade espacial, pela economia de meios e pela coexistência de diferenciados modelos institucionais. Esta descontinuidade e multiplicidade de meios institucionais produziam, por sua vez, uma maleabilidade e uma modularidade, que em vez de o enfraquecer, reforçava a resistência do “Império” face aos poderes exteriores, ao mesmo tempo que a ligação entre as suas partes e as mútuas dependências reforçavam a subsidiariedade do todo.¹³ Esta visão do “Império” exhibe este como um feixe de relações e como um sistema de interações, um feixe de relações económicas, mas também um sistema de interações geopolíticas, que joga com os poderes exteriores a esse “Império” e desenvolve uma mecânica de defesa assente, basicamente, nas forças endógenas de cada componente regional da monarquia portuguesa.

Assim sucedeu, de forma arquetipal, com o Brasil ou com Angola no século XVII, face à ofensiva das províncias neerlandesas. A sobrevivência do “Império Atlântico” resultou da capacidade endógena dos poderes locais, no Brasil, ou em Angola, de perdurar e de replicar à invasão externa e de a repulsar. O suporte português à resistência dos “brasileiros” foi, quanto ao essencial, mais moral que material. A “guerra da liberdade divina” começou com a revolta pernambucana de 1645, a que aderiram as outras capitanias do Brasil, perante um governo de Lisboa receoso em dar um apoio aberto aos “conjurados” brasileiros. Os sucessivos sucessos brasílicos acabaram por empurrar Lisboa para o apoio aberto, mas o peso das forças da metrópole só se terá feito sentir na última fase da campanha, na conquista do Recife (1654), com a chegada da grande armada da Companhia Geral do Estado do Brasil. As grandes batalhas de Guararapes I (19 de Abril de 1648) e Guararapes II (19 de Fevereiro de 1649) foram, indiscutivelmente, um espelho da resistência brasílica à invasão holandesa: não só a maioria dos chefes militares lusíadas eram natos do Brasil (André Vidal de Negreiros, António Felipe Camarão, Henrique Dias),¹⁴ como a quase totalidade das forças que eles comandavam advinham de recursos humanos locais. O caso angolano é um pouco distinto, visto as pretensões neerlandesas terem sido, em última análise, solapadas pela armada de Salvador Correia de Sá em 1648. Não obstante, a resistência prolongada dos portugueses de Angola, concentrados na “República da Massangano”, à ingerência das Províncias Unidas, desde a conquista de Luanda pelos neerlandeses em 1641, e aos seus aliados locais, foi crucial para o sucesso da esquadra lusíada do “Restaurador de Angola”, dado que assegurou a vontade do território em permanecer na Coroa de Portugal.¹⁵

A esta visão sistémica do “Império” corresponde uma perspectiva sistémica do modelo de equilíbrio europeu. Esta visão foi dinamizada pela diplomacia da Restauração, pendendo entre os diversos poderes monárquicos em digladição na segunda metade do século XVII: Portugal jogou várias cartas ao mesmo tempo, na sua resistência à ofensiva habsburga, em Paris, Haia, Londres e Roma.¹⁶ Para a Monarquia Portuguesa do século XVIII, a aliança com a Grã-Bretanha era essencial à conservação do sistema imperial luso-brasileiro, sendo o Brasil, na óptica de muitos tratadistas coevos, fundamental para a manutenção da diferenciação ibérica.¹⁷ Diga-se, em abono da verdade, que esta visão sistémica de percepção do espaço político, do espaço geopolítico da Europa, funcionando como um mecanismo de um relógio, era comum a

¹³ Cfr. António Manuel Hespanha, “Os Poderes num Império Oceânico”, in António Manuel Hespanha, Dir., *O Antigo Regime (1620-1807)*, in José Mattoso, Coord., *História de Portugal*, IV Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994, pp. 395 e 398.

¹⁴ António Dias Cardoso e João Fernandes Vieira, sendo natos em Portugal, viviam contudo no Brasil há décadas.

¹⁵ Maria Paula Marçal Lourenço, *A Defesa do Ultramar, 1640-1668*, Lisboa/Matosinhos, Quidnovi, 2008, pp. 30-57.

¹⁶ Sobre a diplomacia da Restauração, e para uma síntese desta perspectiva, Cfr. António Paulo David Duarte, *Linhas de Elvas. Prova de Força*, 2ª Edição, Lisboa, Tribuna da História, 2005, pp.20-22. Uma análise estratégica da diplomacia e da guerra da Restauração pode encontrar-se em Cfr. Gabriel Espírito Santo, *Restauração, 1640-1668*, Lisboa, Quidnovi, 2008.

¹⁷ Cfr. Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 84 e 93.

todas as monarquias europeias no século XVIII.¹⁸ Para Portugal, havia, contudo, uma correlação entre o sistema europeu e o sistema imperial. Da equipendência de poderes no espaço europeu derivava o equilíbrio, a balança, nos termos coevos, que assegurava a manutenção do sistema imperial luso-brasileiro, chave de todo a arquitectural imperial portuguesa. Nesse sentido, uma excessiva hegemonia marítima e naval da Grã-Bretanha no Atlântico era, quase tão perigosa, quanto uma preeminência continental de um potentado europeu.¹⁹ Nesse sentido, o equilíbrio era a chave da arquitectura internacional que assegurava a perdurabilidade do sistema luso-brasileiro. Almeida Garrett descrevia bem o papel que o país procurava ter no equilíbrio europeu setecentista, ao dizer que “Portugal era considerado como um contrapeso ao equilíbrio das três grandes potências do Oeste da Europa, França, Inglaterra e Espanha”.²⁰ Note-se, como pormenor de relevo, apesar disso, a redução do espaço geopolítico de Portugal à área atlântica da Europa e de como esta formava uma região geopolítica específica da Europa, que contudo, era a ponte para a interligação com outros continentes, nomeadamente a África e as Américas.

Esta chave de leitura evidenciou-se plenamente acertada. À breve hegemonia continental francesa (no período napoleónico e da Guerra Peninsular – 1807/1814) correspondeu subsequentemente a secular primazia da Grã-Bretanha no oceano (o grande séc. XIX – 1815/1945 do “senhor dos mares” – “Lord of the Sea”), com o impacto que se conhece: a cesura entre Portugal Continental e o Brasil (1808 – abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, 1810 – proclamação do Brasil como reino) abriu as portas, estimuladas pela Grã-Bretanha, à independência da Nação Continente.²¹

4) A Influência dos “Grandes Espaços” na Leitura Geopolítica da Geopolítica e da Geoestratégia de Portugal Contemporâneo (Séc.XIX-Séc.XX)

A teoria geopolítica dos Grandes Espaços é uma construção dos fins do século XIX e princípios do século XX, fruto das laborações de Halford J. Mackinder e de Karl Haushofer, mas contida em embrião na concepção ratzelliana do “Espaço Vital” (*Lebensraum*). Em Portugal, não se nota, na literatura tardo oitocentista ou primonovecentista, grandes influências destes pensadores. Não obstante, a tradição “imperial” e a Corrida à África das grandes potências europeias, à mistura com o trauma do Ultimato, levaram os pensadores portugueses a desenvolver uma visão geopolítica, em que a independência portuguesa dependia da manutenção do “Império Colonial” português, ao mesmo tempo que asseguraria ao país um estatuto de potentado. Já Almeida Garrett dizia no dealbar do segundo quartel do século XIX que Portugal fora poderoso, e que após décadas de má administração, só a liberdade lhe garantiria o poder de que outrora dispusera.²²

A perspectiva edificada do papel das colónias na afirmação do poderio de Portugal tem cunhos mahanianos, contanto não seja mahaniana, mas vá buscar ao clássico Pacto Colonial, teorizado nos fins do século XVIII por alguns dos nossos tratadistas, a fundamentação essencial para justificar o “Império Colonial” Português e o seu estatuto como um dos potenciais grandes potentados da Europa e do Mundo. Esta visão encontra-se, por exemplo, em Quirino de Jesus, que relacionava o desenvolvimento do país com o aproveitamento das colónias e com a indução de uma vasta marinha mercante.²³ As colónias transformavam o pequeno Portugal numa grande Nação, num grande espaço, prenhe de futuro e relançavam portanto a grandeza perdida do país.

¹⁸ Cfr. Henry Kissinger, *Diplomacy*, Nova Iorque, Simon&Shuster, 1994, p. 67.

¹⁹ Cfr. J. Borges de Macedo, *História Diplomática...*, p. 387.

²⁰ Cfr. Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, (s/d), (1830), pp. 32-33.

²¹ Cfr. Maria Cândida Proença, *A Independência do Brasil. Relações externas portuguesas (1808-1825)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

²² Cfr. Almeida Garrett, *Op. Cit.*, pp. 199-200.

²³ Sobre a visão de Quirino de Jesus, seguimos, Cfr. Valentim Alexandre, “Ideologia, Economia e Política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, Vol. XXVIII, Nº 123-124, 1993, pp. 1117-1136. Quirino de Jesus expôs a Oliveira Salazar as suas perspectivas de forma contundente e clarividente. Veja-se sobre estas, Cfr. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascistas, *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus Para Oliveira Salazar*, Lisboa, 1987, pp. 158-160.

Como dizia o Ministro da Marinha Celestino de Almeida em 1911, em plena Câmara dos Deputados, Portugal, com um domínio “colonial extensíssimo e valiosíssimo”, a “quarta nação do Mundo em preponderância colonial” era “grande nas nossas colónias”, em suma, com as colónias, a nação era um poder a contabilizar na Europa e no Mundo.²⁴ Esta perspectiva exprimia-se bem no conceito de Norton de Matos, um dos nossos grandes colonialistas, de um “Portugal Maior”. O “Portugal Maior” era um Portugal que se espraiava pelo vasto ultramar.²⁵

Os tratadistas da Armada primonovecentistas souberam apropriar-se da visão de um “Portugal Maior”, que lhes convinha, para efeitos de rearmamento naval, mas não só, pois a concepção carregava consigo aquilo a que o maior deles denominaria de “Sentido Geohistórico” da História de Portugal. Com efeito, para F. Pereira da Silva, Portugal era uma nação de vincado cunho marítimo com extensas colónias.²⁶ O prisma analítico de F. Pereira da Silva é claramente Mahaniano. Portugal, nação pluri-continental e pluri-ocêânica, alicerça o seu desenvolvimento numa íntima relação entre a expansão da marinha mercante e do poder naval e as colónias. Na verdade, Pereira da Silva não deixaria de apropriar-se do conceito de “Portugal Maior”, na década de 30 do século XX, para descrever a posição internacional do país no tabuleiro internacional.²⁷ Não era o único. José de Sousa e Faro observava pela mesma época que quarto quintos do comércio português provinha do Atlântico.²⁸ Para esta perspectiva, Portugal era uma nação debilitada, não um pequeno país. Esta nação debilitada continha em si, neste “Portugal Maior”, as sementes de um porvir grandioso, à altura dos feitos quatrocentistas e quinhentistas.

As colónias davam massa a Portugal. As colónias forneciam dimensão a Portugal. “Portugal não é um país pequeno”, tal era a legenda de um cartaz de propaganda do Estado Novo nos anos quarenta, reflectindo a ideia de que com as colónias o país era um dos maiores Estados da Europa. As colónias, dando espaço a Portugal, prometiam um retorno do país a um papel de realce, a ser uma soma relevante, nas relações internacionais.

Ironicamente, os estrategos do Exército questionavam esta focalização nas Colónias e no Oceano, em nome de outro grande espaço. A raia surgia-lhes como um ingente extensão territorial a amuralhar, com poucos recursos. A fronteira luso-espanhola estendia-se por 1000 quilómetros, uma extensão que duplicava a lata frente francesa da Grande Guerra.²⁹ Em suma, contrapunham-se duas visões do “grande espaço” português: O lato “Império Colonial” português espraiado por vários continentes e oceanos; a vasta extensão fronteiriça que dividia Portugal de Espanha. Na Era da Guerra Total e da mobilização em massa dos homens e das sociedades, a raia revestia-se de uma complicada equação estratégica.

Na realidade, como notou Adelino Torres, a perspectiva Mahaniana, travejada na leitura do Pacto Colonial setecentista, de carácter mercantilista, estava profundamente desactualizada face à expansão da Revolução Industrial.³⁰ A industrialização (fruto da tecnologização) questionava de forma pungente a ideia de que a riqueza e o poder se tinham de assegurar pela expansão territorial, ao exibir a capacidade de fabricar a pujança nacional através da inovação tecno -

²⁴ Cfr. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Nº 11 de 15 de Dezembro de 1911, p. 4 (intervenção do Ministro da Marinha, Celestino de Almeida).

²⁵ Cfr. Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 3º Vol., 2005, pp. 473 e ss. (o conceito, na perspectiva de Norton de Matos, daria o subtítulo a esse trecho das memórias, o sexto tomo, que jamais foi publicado em vida do autor). Na óptica de Norton de Matos, o “Portugal Maior” exprimia a possibilidade de “engrandecimento de Portugal”.

²⁶ Cfr. F. Pereira da Silva, *A Política de Segurança Nacional*, *Propaganda da Marinha, Anais do Clube Militar Naval*, Anexo aos Números 5/6, Maio-Junho de 1930, pp. 107, 108. 118-119.

²⁷ Cfr. Maurício de Oliveira, *Pereira da Silva, Oficial-Ministro-Doutrinador*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1968, pp.130 e 135. Seguimos expressões da obra de Pereira da Silva citadas pelo biógrafo.

²⁸ Cfr. José de Sousa Faro, *Posições Estratégicas de Portugal. Sua Importância para um Bloqueio do Atlântico*. Lisboa, 1930, p. 13.

²⁹ O prisma da política militar (terrestre) entre as guerras pode ser lido de forma sistemática em Cfr. António Paulo Duarte, *A Política de Defesa Nacional (1919-1958)*, Lisboa, ICS, 2010, pp. 69 e ss.

³⁰ Cfr. Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, (s/l), Escher, (s/d), pp. 38 e 41-46.

industrial e do vigor empresarial: as fontes do poder tinham-se tornado endógenas, mais do que exógenas.³¹ De igual modo, a questão raiana não podia assentar na defesa da fronteira continental de forma estrita. A Era da Guerra Total ampliaria o espaço de defrontação de uma forma extensíssima e reduziria o território continental nacional a dimensões anãs.³² A História rodava a velocidade estonteante e a transformação tecnológica modificava a percepção da realidade espacial, obrigando a repensar novas formas de lidar com as ameaças que se adensavam no horizonte.

5) A Europa e o Mundo: Leituras Desencontradas na Percepção Contemporânea do Espaço

A descolonização, em 1975, empurrou Portugal para a Europa. Em 1985, Portugal assinou a acta de adesão à CEE. Hoje é membro activo da UE. Não obstante o fim do Império Colonial, o fim da Era Colonial Portuguesa, as ligações com o “ultramar” não desapareceram. As razões para que o “ultramar” permaneça vivo em Portugal são, para além alguns milhões de portugueses que lá permaneceram, um pouco mais de 200.000.000 de falantes da Língua Portuguesa (Brasil – 190.000.000 hab., Angola – 17.000.000 hab., Moçambique – 21.000.000 hab., Guiné Bissau – 1.000.000 hab., Cabo Verde – 400.000 hab., São Tomé e Príncipe – 150.000 hab., Timor – 1.000.000 hab., etc.). Ironicamente, a despeito da descolonização, Portugal continua a vislumbrar-se como um “grande espaço”, já não no sentido físico, mas em outros sentidos, como o da Língua e da Cultura.³³ A teorização sobre a Globalização tende a reforçar estas duas tendências. A visão, teórica, de pertença de cada nação a uma mescla de espaços distintos³⁴ reforça a tendência, um tanto “esquizofrénica”, para Portugal querer simultaneamente ser um membro activo do núcleo duro europeu e um actor global alicerçado numa, também, cada vez maior integração com os países de Língua Oficial Portuguesa. Na realidade, os países de Língua Portuguesa dão a Portugal uma dimensão espacial lata e um peso mais lato na História Mundial que a Europa, pese as vantagens estratégicas do país em pertencer a tão importante organização internacional. Na Europa, Portugal é mais um pequeno Estado, num universo vasto de nações liliputianas. No Mundo, Portugal é uma das mais faladas Línguas Mundiais (a quinta, a seguir ao Mandarim, ao Inglês, ao Hindu, e ao Castelhana). Ademais, a recente expansão económica do Brasil e de Angola tem servido como escape e alavanca para o sector empresarial mais pujante e dinâmico de Portugal. Bancos e Seguros, corporações petrolíferas e de telecomunicações portuguesas apostaram em Angola e no Brasil, como base para assegurar a escala que as faça frutificar na Globalização. Sobra para o futuro uma interpelação de fundo: conseguirá Portugal equilibrar a sua pertença à Europa, a uma Europa que forceja uma cada vez maior integração, com as correntes que nos desviam para o Mundo além-europeu dos países de Língua e de Cultura Portuguesa?

É de considerar igualmente uma nova visão da grandeza e da relevância do país, a ingente dimensão e vasta massa que despontam da Plataforma Continental Portuguesa. Portugal é um país liliputiano em superfície emersa, mas dilatado e vasto, um dos maiores da Europa e do Mundo, se contabilizar-se à massa emersa a imersa, que pode chegar aos 4.000.000 de

³¹ Para uma comparação entre as arquitecturas pré-industriais e industriais, veja-se, por exemplo, Cfr. Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal, 1992.

³² Veja-se, sobre a nova leitura do espaço estratégico, após a II Guerra Mundial, por parte dos teóricos portugueses, por exemplo, Cfr. Alberto Andrade e Silva, “Teatro de Operações”, *Revista Militar*, Nº 10, Outubro de 1951, pp. 587-89.

³³ Mário Soares, reputado como um dos nossos mais vinculados europeístas, não deixava, há bem pouco tempo, de realçar o papel da nossa Língua e Cultura, falada por milhões de pessoas no Mundo, como um dos mais importantes capitais da nossa estratégia nacional. Cfr. Mário Soares, “Breves reflexões sobre a Estratégia Nacional”, in Jorge Sampaio, Mário Soares, Ramalho Eanes, *Contributos para uma Estratégia Nacional*, Lisboa, IDN/Prefácio, 2009, pp. 31 e 33.

³⁴ Sobre o conceito de fronteira na Globalização/Mundialização, por exemplo, Cfr. Maria Regina Marchueta, *O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 2002.

quilómetros quadrados: teríamos a segunda maior plataforma continental do Mundo pejada de fartos recursos essenciais às sociedades contemporâneas.³⁵

Conclusão

Com este texto pretendeu-se interpelar a visão que ao longo da História os portugueses tiveram do espaço e de como a experiência histórica foi mudando essa perspectiva, impulsionando-os sempre para diferentes modos de agir com os seus circunvizinhos. Como todas as leituras que intentam analisar uma perspectiva, uma óptica, um olhar dos outros, a dimensão interpretativa ganha uma maior relevância e arrisca-se a falhar o alvo. Em compensação, a dimensão interpretativa procura ser um estímulo para lançar uma mais lata interrogação à compreensão da realidade, para interpelar o conhecimento e a compreensão que se tem do dever humano.

As leituras que os portugueses fizeram do espaço resultaram da conjuntura histórica e da realidade material e imaterial que os envolvia. A reconquista fê-los olhar o espaço como uma área de expansão natural, de conquista, de um bem a poder ser usurpado, a poder ser adquirido, ou pelo menos, a poder ser usufruído. A oceanização da expansão, não só exprimiu a visão anterior do espaço como lugar de conquista, como fez desenvolver novas formas de para ele olhar. O espaço surgiu como espaço de expansão, mas também como ponte, ao mesmo tempo que se desvelou a possibilidade de o próprio mar estar submetido às leis de domínio que delineavam as relações do Homem com a terra. Do espaço ponte, facilmente se saltou para o espaço feixe, o espaço de conexões, o espaço de inter-relações, que interligando o Mundo, dava vantagens a quem possuía alguns dos seus nós de entre cruzamento, ao mesmo tempo que favoreciam uma maior rede de intercâmbios comerciais e monetários, o poder e o enriquecimento, como vectores de poderio no dealbar do Capitalismo. Com a criação dos Estados Nações contemporâneos, nos séculos XIX e XX, os portugueses viram no que restava do antigo “império” uma solução para a sua posição internacional e para o seu sentimento de debilidade estratégica. Das colónias e com as colónias viriam os recursos, as interações económicas e a dimensão espacial que fariam o país retornar ao regaço dos grandes potentados mundiais. Foi sonho, que a mutação gerada pela Revolução Industrial e pela endogeneização do potencial de cada nação evidenciou como uma mistificação.

Não obstante, Portugal não deixou de olhar para os outros espaços e de ver nestes elementos de engrandecimento face à precária posição que lhe parece destinada na cena internacional. Os resquícios do “império” tornaram-se numa grande comunidade linguística, uma das maiores do Mundo, uma comunidade que dá, na óptica de Portugal, um poder acrescido e uma maior visibilidade ao país. Não será, contudo, esta perspectiva, mais um dos “fumos da Índia”?

³⁵ Vejam-se exemplos deste discurso em Cfr. “A plataforma continental marítima portuguesa guarda «tesouros»”, in <http://aciou.visao.pt/plataforma-continental-maritima-portuguesa-guarda-tesouros=f588121>, consultado em 16 de Novembro de 2011; “Extensão da plataforma continental portuguesa” in <http://aporvela.blogspot.com/2010/03/extensao-da-plataforma-continental.html>, consultado em 10 de Novembro de 2011; “Energia: Metano e outros “tesouros” por mapear na Plataforma Continental marítima portuguesa” in <http://aciou.expresso.pt/energia-metano-e-outros-tesouros-por-mapear-na-plataforma-continental-maritima-portuguesa=f629103#ixzz1drjtV6qg>, consultado em 10 de Novembro de 2011. Note-se que o desejo de alargar a Plataforma Continental Portuguesa contém intrinsecamente uma valorização da ciência dada a sua exploração só poder ser alicerçada em uma forte capacidade científica e tecnológica o que implica um ingente investimento nas ciências do mar, entre outras.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim,
Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- Alexandre, Valentim,
"Ideologia, Economia e Política: a questão colonial na implantação do Estado Novo", **Análise Social**, Vol. XXVIII, Nº 123-124, 1993, pp. 1117-1136.
- Cipolla, Carlo,
Introdução ao Estudo da História Económica, Lisboa, Edições 70, 1993 (1988).
- Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascistas,
Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus Para Oliveira Salazar, Lisboa, 1987.
- Defarges, Phillippe M.,
Introduction à la Géopolitique, (s/l), Éditions du Seuil, 1994.
- Duarte, António Paulo,
Linhas de Elvas. Prova de Força, 2ª Edição, Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- Duarte, António Paulo,
A Política de Defesa Nacional (1919-1958), Lisboa, ICS, 2010.
- Faro, José de Sousa, **Posições Estratégicas de Portugal. Sua Importância para um Bloqueio do Atlântico**. Lisboa, 1930.
- Fonseca, Adão da,
"O significado do Tratado de Tordesilhas", **Nação e Defesa**, Nº70, XIX ano, Abril-Junho de 1994, pp. 103-110.
- Garrett, Almeida,
Portugal na Balança da Europa, Lisboa, Livros Horizonte, (s/d), (1830).
- Gil, José,
Corpo, Espaço, Poder, Lisboa, Litoral, 1988.
- Godinho, Vitorino Magalhães,
Portugal. A Emergência de uma Nação, Lisboa, Edições Colibri/FCSH-UNL, 2004.
- Hespanha, António Manuel,
"Os Poderes num Império Oceânico", in António Manuel Hespanha, Dir., **O Antigo Regime (1620-1807)**, in José Mattoso, Coord., **História de Portugal**, IV Vol., Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.
- Kissinger, Henry,
Diplomacy, Nova Iorque, Simon&Shuster, 1994.
- Krus, Luís,
A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380), Lisboa, FCG/JNICT, (s/d).
- Lançon, Bertand,
O Estado Romano. Catorze séculos de modelos políticos, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003, (1994).
- Lorot, Pascal,
Histoire de la Géopolitique, Paris, Economica, 1995.
- Lourenço, Maria Paula Marçal,
A Defesa do Ultramar, 1640-1668, Lisboa/Matosinhos, Quidnovi, 2008.
- Macedo, J. Borges de,
História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força, Lisboa, IDN, (s/d).
- Macedo, J. Borges de,
"A política atlantista de D. João II e o Mediterrâneo", in (A.A.V.V.), **D. João II e a Política Quatrocentista**, in **Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época**, Porto, 1989, pp. 387-403.
- Marchueta, Maria Regina,

O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 2002.

Matos, Norton de,
Memórias e Trabalhos da Minha Vida, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 3 Vols., 2005.

Mattoso, José,
Identificação de um País (Ensaio sobre as origens de Portugal), 2 Vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1985/1986.

Adriano Moreira,
Teoria das Relações Internacionais, Coimbra, Almedina, 1996.

Oliveira, Maurício de,
Pereira da Silva, Oficial-Ministro-Doutrinador, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1968.

Proença, Maria Cândida,
A Independência do Brasil. Relações externas portuguesas (1808-1825), Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Reich, Robert B.,
O Trabalho das Nações, Lisboa, Quetzal, 1992.

Saldanha, António Vasconcelos de,
 “Conceitos de Espaço e Poder e seus reflexos na titulação régia portuguesa”, **L’Decouverte, Le Portugal et L’Europe**, Actes du Colloque, Paris, FCG/Centre Culturel Portugais, 1990.

Santo, Gabriel Espírito,
Restauração, 1640-1668, Lisboa, Quidonovi, 2008.

Silva, Alberto Andrade e,
 “Teatro de Operações”, **Revista Militar**, Nº 10, Outubro de 1951.

Silva, F. Pereira da,
 A Política de Segurança Nacional”, **Propaganda da Marinha, Anais do Clube Militar Naval**, Anexo aos Números 5/6, Maio-Junho de 1930.

Soares, Mário,
 “Breves reflexões sobre a Estratégia Nacional”, in Jorge Sampaio, Mário Soares, Ramalho Eanes, **Contributos para uma Estratégia Nacional**, Lisboa, IDN/Prefácio, 2009.

Torres, Adelino,
O Império Português entre o Real e o Imaginário, (s/l), Escher, (s/d).